

Acordo amplo volta a ser sugerido

Esta é a proposta de agenda mínima para entendimento entre governo, empresários, trabalhadores e parlamentares, distribuída ontem em Brasília:

Princípios e diretrizes básicas

“O governo entende que a questão salarial deve ser vista em um contexto mais amplo. Sua discussão deve englobar não só outros aspectos associados ao mercado de trabalho — como também a inserção da política salarial numa estratégia maior de recuperação do crescimento sustentado e estabilidade de economia.

O governo apresentou à sociedade um plano econômico — o Plano de Ação Imediata — que incorpora vários, mas não todos os temas acima aludidos. O governo entende que a negociação deve oferecer a oportunidade de aprofundar as propostas do PAI e a ele incorporar uma política salarial que preserve o salário real e o emprego.

O governo se propõe a negociar, mas descarta por inteiro esquemas confessionalmente fracassados

de combate à inflação como congelamento e prefixação, assim como outras modalidades de choques econômicos que venham a agredir o livre curso das relações econômicas.

Temas para negociação

■ **Emprego** (políticas emergenciais, assentamentos de sem-terras, e etc.)

■ **Salários** (política salarial e participação nos lucros)

■ **Tarifas públicas**

■ **Abastecimento** (política agrícola, cesta básica, programa nacional de combate à fome)

■ **Juros**

■ **Tributos** (liberação das contribuições sociais — PIS-Pasep, Finsocial e Cofins — combate à sonegação e à fraude).”

Debate — Em nota oficial, o governo informa que propostas específicas serão analisadas por assessorias dos participantes do encontro de ontem, por uma semana, para então serem debatidas as medidas objetivas, em reunião marcada para dia 28.